

Proposta empurra dívida para sucessores

Fernando Sampaio/AE—11/1/95

Idéia é obter perdão de 30% do débito mobiliário e trocar títulos por papéis de mais prazo e menos juros

LUAIKO

BRASÍLIA — Os secretários de Fazenda dos quatro Estados mais endividados do País — São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul — apresentaram ontem alternativas para o refinanciamento dos débitos mobiliários que podem significar a transferência total dos encargos para os sucessores dos atuais governadores. A proposta partiu do secretário de Fazenda do Rio, Edgar Gonçalves Rocha, no encontro realizado ontem com o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da Resolução 11 do Senado, que trata das dívidas estaduais.

De acordo com o esquema proposto, os Estados poderiam obter o perdão de até 30% da dívida mobiliária. Além disso, o atual estoque de títulos seria trocado por outros papéis, de prazos mais longos e juros mais baixos. Os governos estaduais poderiam, ainda, beneficiar-se de um prazo de carência de até três anos para começar a pagar os

débitos, que apenas nos quatro Estados representados no encontro de ontem somam R\$ 28,2 bilhões. O resultado dessa combinação de alternativas é que permitiria aos atuais governadores não pagar mais nenhum centado de suas dívidas mobiliárias, mas remeter todo o estoque desses papéis para seus sucessores.

Bezerra explicou aos secretários que as novas regras para a dívida mobiliária poderão ser integradas à redação da Resolução 11 do Senado ou compor lei à parte. O senador discutirá essas questões com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na próxima quinta-feira. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, uma solução deverá surgir até o final do mês. Bezerra é simpático à idéia de conceder um abatimento sobre o estoque da dívida.

O perdão de 30% proposto pelo Rio é apoiado pelos demais Estados. "O deságio me parece uma boa idéia porque o crescimento da dívida neste ano foi irreal", ponderou o

senador. "Ela incorporou todo o impacto da política de juros altos do governo federal e o Banco Central foi negligente, não fazendo um tratamento diferenciado para a dívida do setor público." Bezerra também concorda com o prazo de carência. "Pelo menos, eles pagariam alguma coisa, pois do jeito que está hoje eles rolam 98% da dívida e só pagam, na verdade, 2%."

Os secretários foram unânimes em defender um novo pacto para a dívida mobiliária. Atualmente, essa dívida é composta por papéis do Banco Central, que pagam os juros altos fixados pelo governo e têm prazos curtos para rolagem. A consequência disso é um crescimento "mais do

que geométrico" da dívida, segundo o secretário de Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano. Somente este ano, a dívida paulista cresceu R\$ 4 bilhões apenas pela incorporação dos juros. Por isso, a idéia é trocar os títulos por papéis de prazos mais longos (o Rio propõe 30 anos) e juros baixos, de preferência fixos.

GOVERNOS
PLEITEIAM
AINDA 3 ANOS
DE CARÊNCIA



Yoshiaki Nakano: crescimento "mais do que geométrico" dos débitos acumulados por São Paulo